

## PAC

## Decisão de criar o pacote de projetos é comemorada pelo presidente Lula por ter contribuído para a economia crescer acima de 5% este ano

José Varella/CB - 23/8/07



PAULO GODOY, DA ABDIB: "TUDO ISSO CONTRIBUIRÁ PARA A QUEDA DO CUSTO BRASIL E PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS"

# Injeção de otimismo na iniciativa privada

DANIEL PEREIRA  
DA EQUIPE DO CORREIO

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva chega ao fim do primeiro ano de seu segundo mandato convicto de que acertou ao apostar as fichas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Segundo auxiliares, Lula considera que o pacote de projetos, anunciado em 22 de janeiro, cumpriu a missão de injetar otimismo na veia da iniciativa privada e, assim, contribuir para o crescimento da economia brasileira, que deve superar 5% em 2007.

Integrantes do governo também festejam o PAC porque dizem ter reduzido o ceticismo dos investidores e dado demonstrações de eficiência ao tirar do papel dois dos principais projetos do programa: o leilão de concessão de sete lotes de rodovias federais para a iniciativa privada e o leilão para construção da hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira (RO). Antes da abertura dos envelopes, líderes oposicionistas e agentes do mercado diziam que os pregões seriam um fracasso.

Anunciavam o risco de não aparecerem competidores para a disputa. Governistas lembram que o prognóstico não só não se confirmou como os resultados colhidos foram melhores do que os registrados nas gestões tucanas. No caso do leilão das rodovias, o governo federal conseguiu deságio de até 65% nas tarifas máximas que poderão ser cobradas pelos concessionários. Ponto para a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que reduziu a taxa de retorno dos investidores de 12% para 9%.

Nos sete lotes de rodovias, o pedágio custará R\$ 0,02 por quilômetro rodado. Nas estradas paulistas, o valor é R\$ 0,12. Não à toa, o governador José Serra estuda revisar contratos firmados pela administração

paulista. "Os usuários serão os maiores vencedores do leilão de rodovias federais realizado pelas autoridades públicas, pois terão estradas melhores, redução de tempo de viagens, diminuição de incidência de acidentes e menor desgaste dos veículos. Tudo isso contribuirá para a queda do custo Brasil e para a melhoria da qualidade de vida das pessoas", elogiou o presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, em artigo no site da entidade.

A história se repetiu no caso da usina de Santo Antônio. Depois de superar entraves ambientais, o governo colheu no leilão um deságio de 35% na tarifa. Em café-da-manhã com jornalistas na quinta-feira passada, o presidente Lula fez questão de comemorar o resultado, ao lembrar

que o preço final voltou ao patamar da década de 90. "O leilão da usina de Santo Antônio pode ser considerado um sucesso por razões diversas", disse Godoy.

## Aceleração

"A implementação do empreendimento colabora para garantir o desenvolvimento econômico e social por meio da segurança energética, da expansão da capacidade de geração de eletricidade por fontes renováveis e da modicidade tarifária", acrescentou. Além de destravar outros empreendimentos considerados prioritários, o governo pretende, no próximo ano, acelerar a liberação de recursos do PAC. Os dados atuais são uma espécie de calcanhar-de-aquiles do otimismo de Lula.

Neste ano, a União reservou R\$ 16,1 bilhões para o programa.

Até o dia 13 de dezembro, só R\$ 5,6 bilhões, ou cerca de 35% do total, foram gastos. O governo também assumiu o compromisso de liberar - "empenhou", na linguagem técnica - R\$ 11,47 bilhões (71,2% dos recursos disponíveis). "É incrível. O governo, que é gastador, só consegue economizar no PAC. A inércia gerencial faz com que a União seja uma verdadeira draga para as despesas de custeio", critica o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM).

Dilma discorda. Avisa que a meta é empenhar 90% dos investimentos até 31 de dezembro. Os recursos serão desembolsados em 2008, ano de eleição municipal, transformando o país "num canteiro de obras", como destacaram a ministra e o presidente na semana passada.

## EXECUÇÃO DO PROGRAMA

Órgão	Dotação autorizada	Empenhos emitidos	Total pago até 13/12/2007
Presidência da República	R\$ 492,95 milhões	R\$ 142,26 milhões	R\$ 75,04 milhões
Ministério da Agricultura	**	R\$ 2,26 milhões	R\$ 1,54 milhão
Ministério de Ciência e Tecnologia	R\$ 8,54 milhões	R\$ 4,27 milhões	R\$ 635,99 mil
Ministério da Educação	**	R\$ 4,18 milhões	R\$ 2,09 milhões
Ministério de Minas e Energia	R\$ 79,93 milhões	R\$ 33,34 milhões	R\$ 38,83 milhões
Ministério da Saúde	R\$ 995,84 milhões	R\$ 92,08 milhões	R\$ 92,77 milhões
Ministério dos Transportes	R\$ 8,08 bilhões	R\$ 5,83 bilhões	R\$ 3,63 bilhões
Ministério do Meio Ambiente	R\$ 40,1 milhões	R\$ 46,79 milhões	R\$ 42,49 milhões
Ministério do Desenvolvimento Agrário	**	R\$ 7,78 milhões	**
Ministério da Defesa	R\$ 565,11 milhões	R\$ 904,1 milhões	R\$ 722,39 milhões
Ministério da Integração Nacional	R\$ 2,28 bilhões	R\$ 1,26 bilhão	R\$ 418,33 milhões
Ministério do Turismo	**	**	R\$ 50 milhões
Ministério das Cidades	R\$ 3,55 bilhões	R\$ 3,13 bilhões	R\$ 512,69 milhões
<b>Valor Total</b>	<b>R\$ 16,1 bilhões</b>	<b>R\$ 11,47 bilhões</b>	<b>R\$ 5,58 bilhões</b>

\*\* A dotação autorizada leva em consideração apenas os recursos previstos no Orçamento da União de 2007. Já nos valores pagos estão incluídos restos a pagar de exercícios anteriores.

Fonte: Associação Contas Abertas, com base em dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi)

## Setor cobra avanços

Fundamentais para o sucesso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), os investidores privados querem o governo empenhado na melhoria do ambiente de negócios. Cobram a aprovação de projetos destinados a aumentar a segurança jurídica dos contratos firmados com o poder público. A pauta não é nova. Polêmica, agoniza nas comissões da Câmara e do Senado.

O setor privado reivindica, por exemplo, a votação do projeto que cria uma lei geral para

as agências reguladoras. O texto não avança porque governo, oposição e empresários divergem, entre outros, sobre quem deve ter o poder de conceder autorização para a prestação de serviço público: os ministérios, como defende a ministra Dilma Rousseff, ou as agências reguladoras, tal qual prefere o PSDB.

"É preciso criar um arcabouço legal confiável. Resolver o projeto das agências trará credibilidade e confiança", diz o senador Delcídio Amaral (PT-MS), vice-presidente da Comissão de Infra-Estrutura do Senado. Segundo o petista, o governo também precisa tirar do papel a chamada Parceria Público-Privada (PPP), anunciada no primeiro mandato do presidente

Luiz Inácio Lula da Silva como panacéia para resolver os gargalos nas áreas de transporte, energia e logística.

"Naturalmente, o governo tem de melhorar a gestão para que os projetos estruturantes comecem a ganhar corpo", afirma Delcídio, ao analisar os dados sobre a execução orçamentária do PAC. A Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústrias de Base (Abidb) reclama ainda a aprovação de proposta destinada, na prática, a reduzir os obstáculos impostos pela legislação ambiental a projetos de investimento.

"De maneira geral, a entidade viu avanços importantes para impulsionar os investimentos e leilões em infra-estrutura,

mas as áreas de meio ambiente e de regulação estão com a situação indefinida", diz a Abdib em nota divulgada na semana passada. Depois de lembrar que a construção da hidrelétrica de Santo Antônio, no rio Madeira (RO), será feita por um consórcio formado por Odebrecht e Furnas, o líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), afirmou que o governo Lula tem de diminuir a intervenção do Estado na economia.

Irônico, o tucano reconheceu que os petistas, pelo menos, já aprenderam os benefícios das concessões à iniciativa privada. "Essa idéia foi comprada pelo nosso governo. Eles, com muito atraso, deram um passo no sentido correto."



e-mail alon.feuerwerker@correioweb.com.br



## Sem retrocesso nas MPs

Nesta véspera de final de ano, repetem-se as promessas de mudanças, de novas atitudes, de ações destinadas a resolver problemas que se arrastam e cuja solução depende apenas da força de vontade do indivíduo. Não há novidade nisso. Não chega a ser notícia. E o Congresso Nacional tampouco foge à regra. Sai ano, entra ano, os chefes do Legislativo vêm para diante das câmeras e anunciam a decisão de rever o cruel mecanismo das medidas provisórias (MPs). Elas são responsáveis, segundo os representantes do povo, pela roda presa do parlamento brasileiro.

A expressão "ditadura das medidas provisórias" está sempre disponível quando os legisladores precisam encontrar explicações para sua produtividade. A repetição do argumento faz merecer que se lance um olhar mais detido sobre as regras para MPs. A conclusão é que há como o Congresso Nacional acelerar a tramitação apenas com ajustes pontuais no curso delas.

Uma primeira medida, por exemplo, seria tornar obrigatória a designação de relator até 48 horas depois de editada a MP. Não é incomum que MPs permaneçam repousando em alguma gaveta, à espera de relator, enquanto correm os prazos. É, ao contrário, habitual que o relator seja nomeado às vésperas da data fatídica em que a pauta do plenário será trancada. E que ele apresente em plenário um parecer que simplesmente reafirma o texto vindo do Executivo. Um desperdício.

Como medida complementar a essa, o relator deveria ter um prazo máximo de, por exemplo, 30 dias para dar o parecer em plenário. Se não o fizesse, seria substituído. Restariam portanto mais no mínimo 15 dias para que os parlamentares se manifestassem sobre a MP antes de ela bloquear os trabalhos.

Um ajuste absolutamente necessário é estabelecer prazos separados, para a Câmara dos Deputados e o Senado, antes do trancamento em cada Casa. Hoje, o tempo de 45 dias é comum, compartilhado. Ou seja, se a Câmara o consumir integralmente a MP já chega no Senado impedindo a pauta. Seria razoável que os senadores tivessem o mesmo tempo que os deputados para analisar o texto legal.

Essa medida simples e prática reduziria bastante as tensões que opõem de um lado o Senado e de outro a Câmara dos Deputados e o Palácio do Planalto.

Entre os pontos em discussão, o que definitivamente parece não ter como prosperar é o que condiciona a vigência de uma MP à admissão de sua relevância e urgência pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. A Constituição determina que atribuir a urgência e a relevância são prerrogativas do presidente da República — ainda que posteriormente o Congresso possa derrubar a MP por falta de uma das duas, ou de ambas. É improvável, para dizer o mínimo, que qualquer mandatário abra mão desse poder e aceite transferi-lo a uma comissão da Câmara. Perda de tempo.

Eis um dos caminhos do debate, propor correções e ajustes que atenuem o instituto das medidas provisórias. O realismo político ensina que por essa trilha podem surgir avanços. O ideal, porém, seria simplesmente abolir as MPs. Além de desnecessárias, elas configuram uma excrescência.

O presidente da República poder editar monocraticamente uma lei, que entra em vigor de imediato, não é regra que se possa chamar de republicana ou democrática. É curioso que a opinião pública brasileira aponte riscos autoritários em países vizinhos enquanto convive bem com um instituto que nada tem a ver com a democracia. Infelizmente, as MPs têm resistido à passagem do tempo, elas que são filhas do decreto-lei dos governos militares. Por que as MPs persistem? Por duas razões. Os que estão no poder gostam delas. E os que estão na oposição sonham com o dia em que poderão delas fazer uso.

É por isso também que os problemas atribuídos à existência das MPs, em vez de impulsionarem o movimento para aboli-las, acabam por despertar nos donos do poder (e nos candidatos à função) saudades de um outro tempo. No qual as MPs não trancavam a pauta e podiam ser reeditadas à vontade pelo presidente da República. Felizmente, não há ambiente institucional no Brasil para um retrocesso dessa magnitude.